

# Unidade Nacional



Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
25 de agosto de 2009 - Nº 137 [www.sindipetrocaxias.org.br](http://www.sindipetrocaxias.org.br)



## Sindipetro Caxias pede interdição das UREs da Reduc

O Sindicato solicitou à Delegacia Regional do Trabalho de Duque de Caxias na segunda-feira, dia 24 de agosto, a interdição das Unidades de Recuperação de Enxofre da Reduc, U-3300 e U-3350, em razão do Risco Grave e Iminente à saúde e segurança dos trabalhadores por descumprimento da NR-13, Norma Regulamentadora de Caldeira e Vasos de Pressão.

Desde a partida das plantas de recuperação de enxofre o Sindicato alerta quanto ao erro na categorização dos equipamentos Geradores de Vapor, GV-33001 e GV-335001, tratados na Reduc como vasos de pressão. Conforme estabelece a NR-13, que visa garantir a segurança e saúde dos trabalhadores, comunidade e ambiente, os referidos equipamentos são Caldeiras a Vapor, pois estão destinados a produzir e acumular vapor sob pressão superior à atmosférica,

não podendo ser enquadradas entre as exceções previstas na norma.

Dentro do processo de Certificação de Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos – SPIE, o Sindipetro Caxias denunciou o conflito ao órgão auditor, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP. Após as auditorias, o Sindicato solicitou um posicionamento da Comissão de Certificação de Serviços Próprios de Inspeção de Equipamentos – ComCer – por intermédio do representante dos trabalhadores. Como a deliberação da ComCer ocorre somente por consenso, mesmo com o posicionamento de auditores do IBP afirmando que os equipamentos são Caldeiras a Vapor, o Sindicato não obteve êxito, pois a bancada representante das empresas alegou que o equipamento está numa área nebulosa da NR-13, podendo ser encarado como exceção.

No último dia 10 de abril a GV-33001

explodiu e, por sorte, não houve vítimas, apenas danos materiais e a inutilização da Caldeira. Na época, foi constituído um Grupo de Trabalho para investigar o acidente, incluindo a representação sindical, mas o coordenador não aceitou discutir o enquadramento do equipamento como Caldeira, pois sabia que a alteração traria desdobramentos quanto ao treinamento dos empregados em operação de caldeiras a vapor, à redundância nas informações de instrumentação e à impossibilidade da operação desassistida.

Ocorre que em outras unidades da Petrobrás tais equipamentos são considerados Caldeiras. A Inspeção de Equipamentos da Reduc havia assumido o compromisso de criar um GT para avaliar o caso, mas não cumpriu o acordado. Com isso, as Caldeiras das UREs continuam a ser tratadas pela Reduc como vasos de pressão, o que poderá acarretar novos acidentes.

## Sindicato solicita participação na Auditoria do SPIE

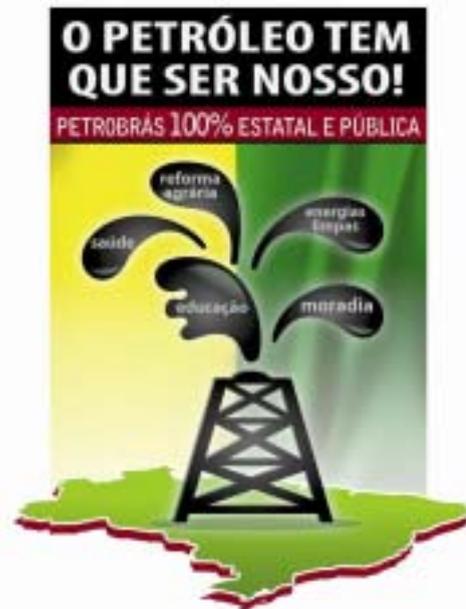
O Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP, órgão certificador reconhecido pelo INMETRO, estará realizando Auditoria Periódica no Serviço de Inspeção de Equipamentos – SPIE – da Reduc entre os dias 25 e 28 de agosto. O objetivo da auditoria é verificar se a empresa vem cumprindo o disposto na NR-13. O

Sindipetro Caxias solicitou à Reduc e ao IBP sua participação como observador na Auditoria, os horários das reuniões de abertura e encerramento, bem como o cronograma previsto.

Na última auditoria do IBP o Sindicato provou que existiam vários itens de não conformidade com a NR-13. A Reduc foi certificada, mas ficou

de resolver os itens pendentes em conjunto com a representação dos trabalhadores. Na época foi elaborado um plano de ação com vários itens e a Reduc não cumpriu nenhum. O Sindipetro Caxias vem alertando, desde a última auditoria, que o descumprimento da NR-13 tem como consequência a não certificação do SPIE.

# Petroleiros unidos por uma nova lei do petróleo



Em reunião, realizada quarta-feira (19/08), na sede da Federação Única dos Petroleiros (FUP), representantes do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) e da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) decidiram, por consenso, defender o anteprojeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUP para a nova Lei do Petróleo. Foram acordados alguns ajustes na redação do anteprojeto e, consolidada, assim, a unidade de todas as representações dos trabalhadores petroleiros em torno da proposta de lei.

O anteprojeto será também submetido a todos os movimentos sociais que integram a campanha nacional “O petróleo tem que ser nosso” para ser referendado. Participam desta campanha, além da FUP, FNP e AEPET, a CUT, CTB, MST, Via Campesina,

UNE, UBES, Intersindical, Consulta Popular, MAB, CONAM, Assembléia Popular, entre outras organizações.

## Retomada do monopólio e Petrobrás 100% estatal e pública

O anteprojeto defendido pelos petroleiros para uma nova Lei do Petróleo é resultado dos debates realizados nos últimos anos com trabalhadores, centrais sindicais, movimentos sociais e estudantis. O anteprojeto resgata os principais pontos da Lei 2004/53, que criou a Petrobrás e estabeleceu o monopólio da União sobre o setor, e contempla outras reivindicações dos trabalhadores e movimentos sociais, como a transformação da Petrobrás em uma empresa 100% estatal e pública, a criação de um Fundo Social Soberano com recursos gerados pelo petróleo e a retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados pela ANP.

“A indústria de petróleo é um setor estratégico para a economia e desenvolvimento do Brasil e, principalmente, para a soberania nacional. Cerca de 25% das áreas mapeadas do pré-sal já foram leiloadas, sob o regime de concessão que é estabelecido pela atual legislação. Esta Lei (9.478/97) é o que há de pior no mundo em termos de regulamentação da indústria de petróleo. Um país que não controla seus recursos energéticos não terá futuro enquanto nação”, ressalta João Antônio de Moraes,

coordenador geral da FUP.

## Principais pontos do anteprojeto para uma nova Lei do Petróleo:

Fim das rodadas de licitações e retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados;

Monopólio estatal na exploração, desenvolvimento, produção, refino, pesquisa e transporte do petróleo bruto e seus derivados, tendo a Petrobrás como executora;

Fundo Social Soberano (com controle social) para garantir que os recursos gerados pelo petróleo sejam investidos em políticas públicas voltadas para as necessidades do povo brasileiro (previdência, saúde, educação, habitação, reforma agrária, trabalho, etc) e no incremento de fontes alternativas de energia renovável e limpa;

Petrobrás 100% estatal e pública, garantindo também a reincorporação da Transpetro e da Refap e a incorporação da Refinaria Riograndense (antiga Ipiranga), da Refinaria de Manguinhos (RJ) e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG);

Estabelecimento de quarentena de 12 meses para os diretores e gerentes executivos da Petrobrás que deixarem a empresa;

Mudança do papel da ANP, que deixa de ser reguladora do setor e passa a ter a função de fiscalizar as atividades da indústria nacional de petróleo e gás, sobretudo a distribuição.

*Informe FUP do dia 20/08/2009*

## Criação do Comitê da Baixada Fluminense em Defesa do Petróleo

Na noite de quinta-feira, dia 20 de agosto, o Sindipetro Caxias foi o anfitrião e também o fundador do Comitê da Baixada Fluminense em Defesa do Petróleo, que vai lutar pela soberania nacional no setor petrolífero e para que a Petrobrás seja a única operadora do pré-sal.

Na reunião foi escolhida a coordenação do Comitê e decidida a sua

primeira ação que consistirá em organizar atos em dois núcleos na Baixada, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Os membros do Comitê assumiram o compromisso de se engajar na campanha “O Petróleo tem que ser nosso” e recolher assinaturas para aprovação de uma nova Lei do Petróleo, que garanta a retomada do monopólio e uma Petrobrás 100%

estatal e pública. Esse projeto visa garantir ainda que as riquezas do Brasil sejam destinadas ao pagamento da dívida social que o país tem com sua população mais pobre.

O próximo encontro do Comitê da Baixada Fluminense em Defesa do Petróleo está marcado para o dia 24 de setembro, às 18h, na sede do Sindipetro Caxias.